



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1288/2025
(à MPV 1288/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“Art. *O Banco Central do Brasil publicará, a cada semestre, relatório de auditoria referente à segurança, proteção de dados e sigilo bancário no âmbito do Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI), contendo, no mínimo:*

I – estatísticas sobre o número de requisições de acesso a informações financeiras efetuadas por órgãos públicos, discriminadas por espécie de solicitação;

II – medidas de salvaguarda implementadas para prevenir acessos indevidos;

*III – ações de melhoria contínua adotadas para garantir a privacidade e a proteção de dados pessoais dos usuários do Pix.*Parágrafo único.

Parágrafo único. *Os relatórios de que trata este artigo deverão ser amplamente divulgados, respeitados os limites impostos pelo sigilo bancário e pela Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018).”*

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda busca fortalecer a privacidade e a segurança dos dados bancários no Sistema de Pagamentos Instantâneos, garantindo transparência no acesso a informações sensíveis. A exigência de relatórios semestrais de auditoria pelo Banco Central permitirá que a sociedade acompanhe como o Pix é gerido, prevenindo abusos e protegendo os usuários.

A publicidade desses relatórios incentivará boas práticas, reforçando a proteção de dados e a governança do sistema. Com isso, assegura-se que o Pix



continue promovendo inclusão financeira sem comprometer a privacidade dos cidadãos ou gerar insegurança jurídica.

A medida respeita os princípios constitucionais da legalidade, moralidade e eficiência, garantindo que a administração pública atue com transparência e responsabilidade. Convidamos os nobres pares a apoiar essa proposta, essencial para proteger a privacidade dos usuários e fortalecer a confiança no sistema financeiro.

Sala da comissão, 3 de fevereiro de 2025.

